



O Presidente da República

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA, O PRESIDENTE
DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, DR. JOSÉ MARIA
NEVES, POR OCASIÃO DO ACTO SOLENE DE
ABERTURA DO ANO JUDICIAL 2021/22**

Palácio da Justiça, 8 de Dezembro de 2021

Ilustres Convidados,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Ao participar, pela primeira vez enquanto Presidente da República, na cerimónia de abertura do ano judicial, saúdo especialmente aqueles sobre os quais impende a espinhosa e nobre tarefa de administrar e realizar a Justiça.

O meu reconhecimento, por conseguinte, aos Magistrados Judiciais, aos Magistrados do Ministério Público, aos Oficiais da Justiça, aos funcionários das secretarias judiciais e demais servidores da Justiça, bem como às Senhoras e aos Senhores Advogados. Em suma, a todos quantos fazem o dia a dia da Justiça em Cabo Verde.

Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça,

Excelências,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Ao longo do tempo, registaram-se esforços de sucessivos governos para a melhoria deste setor, o que impulsionou um salto enorme quanto às condições de trabalho existentes nos últimos trinta anos. Basta ver que foram criadas comarcas em todos os municípios, construídos novos Palácios de Justiça ou melhorados os existentes.

Procedeu-se ao desdobramento e/ou criação de vários juízos em matéria Cível e Criminal nas principais comarcas, juízos especializados em matéria de Trabalho, Família, Tribunais de pequenas causas e de execução de penas, sem esquecer a

instalação dos Tribunais de Relação e do Tribunal Constitucional.

Quanto ao edifício legal, é de sublinhar as sucessivas reformas dos grandes Códigos (Penal, Civil, do Processo Civil e do Processo Penal) e da organização dos Conselhos Superiores da Magistratura Judicial e do Ministério Público. De realçar, igualmente, a disponibilização de mais meios logísticos e financeiros, bem como o recrutamento e a formação de mais Recursos Humanos, de entre outros.

Contudo, o enaltecimento desses ganhos não pode nem deve impedir-nos de reconhecer que essas reformas, por profundas e importantes que tenham sido, não se têm traduzido num acompanhamento, ao nível desejado, do aumento das demandas e dos diversos conflitos de interesse naturalmente existentes na sociedade e cujas aceleração e complexificação se devem às dinâmicas de desenvolvimento de Cabo Verde, em todos os planos, nas últimas décadas. Falo de uma capacidade de resposta mais pronta e eficaz por parte de todo o sistema.

A Justiça é um setor complexo com o qual todos os dias se entrecruzam as expectativas dos cidadãos, expectativas essas, repito, cada dia mais exigentes à medida que o país se transforma e evolui. Na verdade, e como consequência da própria maturidade do país e da cidadania, a função judicial já não é entendida pela sociedade apenas como o exercício de um poder, mas, também e felizmente, como a prestação de um serviço.

Tenho presente que um ano tão desafiante, como este que se aproxima do seu término, afetou todos os caboverdianos nos mais diversos aspetos, da mesma forma que afetou as instituições e demais entes, públicos e privados. Decerto, o setor da Justiça não constitui exceção.

Constata-se que a economia cabo-verdiana foi severamente atingida por esta crise. Comprovam-no os dados disponíveis, comprovam-no também as dificuldades por que passam, por exemplo, os agentes económicos, em particular as empresas. Sabendo que não há desenvolvimento económico sem desenvolvimento da Justiça, devemos canalizar todos os nossos esforços para o fortalecimento deste sector, procurando, com inventividade e empenho, fazê-lo crescer na sua capacidade de resposta para os desafios atuais. A nenhum domínio da sociedade e do Estado é razoável ficar indiferente aos desafios do período pós-pandemia, muito menos pretender que a normalidade que antes existira possa ser repostada ou retocada.

Importa aprender com este período extremamente difícil. Como resultante do impacto desta pandemia, hoje somos todos mais resilientes e mais fortalecidos. Aprendemos, por exemplo, que as tecnologias informacionais nos oferecem a possibilidade de reorganizar processos de trabalho, modificar circuitos e procedimentos administrativos, quebrar fronteiras e encurtar distâncias. As ferramentas tecnológicas disponíveis e reveladas nesta pandemia permitem-nos realizar reuniões, fazer audições, assinar protocolos ou tomar decisões on line.

É preciso aproveitar a onda e acelerar a informatização dos tribunais a todos os níveis e digitalizar os processos e a sua tramitação.

Há anos que se fala disso nas sucessivas legislaturas, mas ainda não logramos chegar lá. Quais as causas? Como ultrapassar os constrangimentos restritivos?

É tempo de tomar decisões e fazer o que tem de ser feito. Temos pressa! Temos de agir!

Apesar de todos os reparos e das franjas de insatisfação existentes na sociedade, o sentimento é de que a Justiça funciona globalmente, sendo que a função judicial continua a ser exercida com independência e sem conditionalismos de nenhuma natureza. Aliás, a independência dos Tribunais e dos Juízes é um traço fundamental da nossa Democracia e do nosso Estado de Direito Democrático.

Naturalmente, a independência do poder Judicial não pode ser confundida com o isolamento face às realidades e aos desafios do mundo contemporâneo. O Poder Judicial tem poderes de auto-organização e de autogestão e, conseqüentemente, deveres de transparência e de informação aos cidadãos. O cumprimento de tais deveres constitui-se, nos nossos dias, em índice indeclinável de confiança e credibilidade institucionais. Dito de outro modo, nenhum sistema de Justiça vive ou sobrevive indiferente ao grau de satisfação que as suas prestações suscitam na sociedade. O escrutínio social é cada vez mais intenso e é democraticamente legítimo e necessário. Tem agora ao seu serviço as modernas ferramentas de comunicação e informação. São dados da sociedade democrática e em rápida modernização que têm de ser apreendidos e utilizados devidamente.

Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça,

Senhora Ministra da Justiça,

Excelências,

Tradicionalmente, a abertura do Ano Judicial é aproveitada para a prestação de contas, numa perspetiva não raras vezes

acentuadamente estatística do que seja o trabalho dos Tribunais Judiciais e do Ministério Público. A meu ver, esta ocasião deve ser, para além das solenidades, igualmente uma oportunidade para o pronunciamento de todos os operadores com responsabilidade pela definição e realização da política da Justiça. Pronunciamento crítico e com sentido de compromisso com as mudanças que devam ser introduzidas. O que queremos que seja a Justiça em Cabo Verde tem de ser o resultado do compromisso e do trabalho de todos e de cada um. Nenhum domínio do Estado ou da sociedade se transforma ou evolui por mero efeito da palavra ou da crítica descomprometida.

Agentes da mudança são naturalmente o Parlamento, o Governo, os Tribunais, o Ministério Público, a Ordem dos Advogados, mas igualmente todos quantos, pessoas e entes públicos e privados têm expectativas e interesse legítimo no progresso da Justiça. Melhor cedo do que tarde, temos de convergir na necessidade e na urgência de debates e reflexões que apontem caminhos e soluções para a melhoria contínua da prestação da Justiça em todas as áreas. Trata-se de projetar e propor pactos duráveis para a Justiça. A disponibilidade para tanto e o empenho de todos os atores têm de ser genuínos e consequentes.

Reitero toda a atenção que dedico à problemática da Justiça e o empenho com que, num quadro de diálogo e lealdade institucionais, estarei a promover os entendimentos não apenas necessários a que ultrapassemos os bloqueios que até já parecem ser insolúveis, mas também e sobretudo propiciadores da instalação na nossa sociedade de um sentimento de confiança e tranquilidade face ao sistema da Justiça. Devemos isso às cabo-verdianas e aos cabo-verdianos.

Manda a humildade democrática reconhecer que, em termos do progresso e modernidade institucionais em Cabo Verde, há ainda um débito de Justiça por saldar.

O maior problema que enfrentamos no setor é a **excessiva morosidade processual**, processos que aguardam nos tribunais anos e anos para serem julgados ou que mesmo depois de julgados ficam em várias situações desesperadamente a aguardar a correspondente sentença, situação que tem custos enormes na vida das pessoas, das empresas, atrasa o desenvolvimento do país e corrói a confiança na justiça.

A justiça, conforme resulta da Constituição, tem de ser realizada em tempo razoável. Justiça que tarda não é justiça. E a morosidade processual gera o sentimento de impunidade. Outra das consequências dessa lentidão é a prescrição.

A morosidade do meu ponto de vista tem de ser atacada rápida e eficazmente. Para tanto deve-se concitar a vontade, a concertação e a mobilização de todos os atores judiciais e não judiciais relacionados: Governo, Parlamento, Conselhos Superiores, Ordem dos Advogados, Universidades e Investigadores.

Sabemos que têm sido feitos alguns estudos sobre o estado da justiça, mas porventura é necessário visitar estes estudos e atualizá-los com especialistas nossos e com experiência de outras realidades comparadas e com base nas melhores práticas internacionais, apontar os problemas, as causas, as soluções, as metas e os meios institucionais, legais, financeiros, humanos e tecnológicos, entre outros, para atingir o *turning point*, sairmos deste cabo das tormentas e alcançarmos o da boa esperança.

Isto poderá ser o primeiro passo para se elaborar um plano estratégico, programas e projetos direcionados para resultados concretos e mensuráveis.

Nestes tempos da crise pandémica que vivemos, em que o risco social pode aumentar, a Justiça tem de ser efetiva na preservação da dignidade da pessoa humana. O acesso efetivo à Justiça deve ser realizado como um direito fundamental e tarefa do Estado de Direito Democrático, independentemente da condição económica ou social dos cidadãos.

Uma Justiça capaz de combater e, se possível, de prevenir a violência, sobretudo quando ela recai sobre os mais vulneráveis. Refiro-me aos idosos, mulheres, crianças, desempregados, trabalhadores sem contrato, aos que vivem em moradias precárias e a tantos outros fragilizados social e economicamente. Nestes casos, há que reforçar os meios destinados a apoiar o patrocínio judiciário e a informação jurídica, atenuando assim as desigualdades no acesso à Justiça.

O combate à criminalidade organizada continua a ser um outro grande desafio para as autoridades nacionais. Temos de assegurar que o contributo do sistema judiciário seja, neste campo, o mais célere, isento e comprometido com a defesa e a realização do nosso Estado de Direito Democrático. Os agentes de tal criminalidade sofisticada, pelo contexto de conexões em que atuam e efeitos potencialmente devastadores na sociedade e na credibilidade do aparelho punitivo Estado, têm de ser perseguidos e julgados sem vacilações. Os mecanismos de informação e articulação têm de funcionar, devendo todos os sujeitos envolvidos ter sempre presente que a ação de uns e de outros tem em vista o mesmo fim. O interesse do Estado não se compagina com vaidades ou disputas de protagonismo. Antes exige resultados.

Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça,

Senhora Ministra da Justiça,

Senhoras Magistradas e Senhores Magistrados,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O Judiciário é um fator de desenvolvimento, pois que, com o seu bom desempenho, as outras instituições, públicas ou não, são reconhecidas tanto no país como no estrangeiro, como sendo credíveis e confiáveis, facilitando o relacionamento comercial e económico com a comunidade internacional.

Ou seja, queremos em Cabo Verde uma Justiça como argumento de desenvolvimento: pela capacidade de rápida resolução de conflitos, de estímulo ao eficaz cumprimento dos contratos, da garantia de condições transparentes de concorrência, pelo incentivo das transações e do investimento e, em geral, pela criação de confiança e solidariedade entre os vários intervenientes nas relações económicas e sociais.

Temos necessidade de uma sociedade com estabilidade social e segurança. Segurança entendida de modo multidimensional, incluindo, por conseguinte, as condições para projetar e realizar negócios, assim contribuindo para a realização de políticas de desenvolvimento. Na fase pós-Covid 19, torna-se crucial atrair o investimento direto estrangeiro.

Temos de poder reforçar os índices de credibilidade e confiabilidade de todo o sistema envolvente. Somos todos chamados a estar à altura dos desafios. Este não é tempo para condescendências ou nivelação pelo mais ou menos; temos de ser exigentes e comprometidos com elevados padrões de rigor

e qualidade. Em particular, a Justiça é chamada a contribuir para que o país tenha um bom ambiente de negócios e potencie a recuperação da atividade económica, abalada pela crise económica, pela seca e pela pandemia.

Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça,

Senhoras Magistradas e Senhores Magistrados,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Reforço mais uma vez a necessidade de envidar esforços para melhorar a capacidade de resposta dos Tribunais. Uma via idónea consensualmente proclamada entre nós desde há muito tempo parece ser a de um maior recurso aos mecanismos legais alternativos disponíveis para a resolução de litígios, como sejam a arbitragem e a mediação. A meta tem de ser a obtenção de uma solução mais rápida dos interesses em disputa como, também, aliviar o volume de processos nos tribunais judiciais. É tempo também de acelerarmos o passo nesse domínio.

A avaliação de desempenho dos Juízes deve ser encarada como sendo uma prática salutar, pelo que a sua realização sistemática é aconselhável. Creio serem indiscutíveis o seu valor pedagógico e os efeitos positivos na melhoria da produtividade e do desempenho, em benefício da sociedade.

Em relação à actividade inspectiva, realizar as inspecções ao serviço dos Juízes, por uma única pessoa, não se afigura uma tarefa fácil e nem viável. Deixo, pois, um apelo no sentido de serem criadas as condições necessárias ao funcionamento normal do serviço de inspeção judicial.

Um outro desafio que igualmente se coloca é em matéria de formação. Temos de garantir não só formação contínua aos que já operam no setor, a todos os níveis, mas também cuidar da qualidade da formação nas nossas Universidades e ser extremamente rigorosos no recrutamento dos melhores. Só assim garantiremos às gerações de hoje e às vindouras uma cada vez melhor Justiça, mais pronta, mais eficaz e eficiente. Com cada vez mais qualidade.

Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça,

Senhora Ministra da Justiça,

Excelências,

Senhoras Magistradas e Senhores Magistrados,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Cabe à Justiça um papel central na mudança de atitudes e de comportamentos, através do seu contributo para a certeza e o respeito pela Lei, o prestígio do Estado, a confiança dos cidadãos, a erradicação de abusos, de desperdícios e impunidades, bem como a inibição da desresponsabilização e dos expedientes dilatórios que alimentam o desânimo e o descontentamento resignado dos cidadãos.

Precisamos acreditar que é possível continuar a ter ambição e assumir coletivamente a determinação de construir um projeto eficaz e realista, à medida dos desafios que existem na Justiça. Temos de acreditar que a Justiça não é uma Deusa vendada, com uma espada na mão, mas sim uma permanente composição de interesses, que deve ser feita com os olhos bem abertos, e preferencialmente sem espada.

Com o empenho e a dedicação pessoal de cada um dos operadores que enformam o edifício judicial caboverdiano, os constrangimentos serão com certeza ultrapassados e este novo ano judicial será de ganhos relevantes para a nossa Justiça. Assim acredito. Nesse sentido farei o quinhão que me cabe.

Muito obrigado.